

BRQ Soluções em Informática S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A BRQ Soluções em Informática S.A. ("BRQ" ou "Companhia" também denominada como "Grupo") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sua sede na Av. Ipanema, nº 165, conjunto 1505 a 1507, Empresarial 18 do Forte, Barueri - São Paulo, com filiais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Recife e Nova York (Estados Unidos).

Embora a Companhia seja de capital aberto, não há título público emitido e negociado em mercado aberto.

A Companhia tem como principais atividades:

- (i) Desenvolvimento de aplicações e integrações;
- (ii) Prestação de serviços na área de informática;
- (iii) Elaboração de programas de computador;
- (iv) Análise e desenvolvimento de sistemas;
- (v) Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de dados;
- (vi) Assessoria e consultoria em informática;
- (vii) Venda de software;
- (viii) Atividades relacionadas à segurança em informática; e
- (ix) Treinamento.

A Companhia pode atuar no país ou no exterior, diretamente, através de subsidiárias, ou por intermédio de participação no capital de outras sociedades.

A Companhia, baseada na sua estratégia de crescimento e foco na expansão da venda de softwares proprietários, criou duas novas empresas Inspeon e Workfacilit para comercialização dos seus produtos, vide mais informações na Nota 11.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de fevereiro de 2021.

2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual é assim resumida:

Razão social	% de participação	
	31/12/2020	31/12/2019
BRQ IT Services, Inc.	100%	100%
Thinkinternational LLC (Investimento indireto)	80%	80%
Workfacilit Soluções Digitais Ltda.	51%	-
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	60%	-

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

- a) Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras estão apresentadas no pressuposto da continuidade. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo na data da transação considerando as contraprestações pagas em troca de ativos.

A administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. **Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** – continuação

- a) Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – continuação

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBT TG - 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRSs, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

- b) Segmento de negócios

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelo desenvolvimento de aplicações e integrações. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte.

- c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, e, quando necessário, os julgamentos e estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente no curso ordinário dos seus negócios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – continuação

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – continuação

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas a seguir:

Provisão esperada de crédito

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na Nota Explicativa nº 4.g.ii.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Vida útil dos bens do imobilizado

Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor prazo entre a sua vida útil-econômica estimada.

Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil do ágio registrado utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa avaliada foi a controlada Think International.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – continuação

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – continuação

Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – continuação

As premissas sobre projeções de crescimento do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de três anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

A Companhia não aplicou taxa de crescimento para extrapolar as projeções realizadas em 31 de dezembro de 2020. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por uma taxa de desconto de 6,4% a.a.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas: foi considerada a projeção de crescimento da Companhia para o período de 2021 a 2023 com base no crescimento na prestação de serviços nos clientes base e aquisição de novos clientes.
- Custo do serviço prestado/despesas gerais e administrativas: foram projetados com base no desempenho histórico.
- Investimentos de capital: foram estimados considerando a atual infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, baseada no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macro econômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – continuação

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – continuação

Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, anualmente.

Pagamento baseado em ações

O critério referente a determinação da estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações está descrito na Nota Explicativa nº 4.g ii.

d) Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais estão incluídas na Nota 27.

4. Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

4. Principais políticas contábeis – continuação

b) Classificação circulante versus não circulante

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes, incluindo os ativos fiscais diferidos.

Um passivo é classificado no circulante quando: se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

c) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

O Grupo reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. As demais receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possam ser mensuradas de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido.

4. Principais políticas contábeis – continuação

c) Reconhecimento de receita – continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

d) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que o Grupo opera e gera receita tributável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

4. Principais políticas contábeis – continuação

d) Impostos – continuação

Impostos diferidos – continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

4. Principais políticas contábeis – continuação

f) Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

4. Principais políticas contábeis – continuação

f) Ativos intangíveis – continuação

Custos de pesquisa e desenvolvimento – continuação

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

g) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumento de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4. Principais políticas contábeis – continuação

g) Instrumentos financeiros – continuação

i) *Ativos financeiros* – continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas e depósitos vinculados (caixa restrito).

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

O Grupo avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

4. Principais políticas contábeis – continuação

g) Instrumentos financeiros – continuação

i) *Ativos financeiros* – continuação

Mensuração subsequente – continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado – continuação

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de patrimônio)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

4. Principais políticas contábeis – continuação

g) Instrumentos financeiros – continuação

i) *Ativos financeiros* – continuação

Mensuração subsequente – continuação

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

O Grupo possui ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao valor justo por meio do resultado classificados como ativos financeiros.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

4. Principais políticas contábeis – continuação

g) Instrumentos financeiros – continuação

ii) *Redução do valor recuperável de ativos financeiros* – continuação

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

iii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos e arrendamento

4. Principais políticas contábeis – continuação

g) Instrumentos financeiros – continuação

iii) *Passivos financeiros* – continuação

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

h) Estoques de serviços

Os estoques de serviços são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

4. Principais políticas contábeis – continuação

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio pago por expectativa de rentabilidade futura é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

k) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

l) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

4. Principais políticas contábeis – continuação

l) Provisões – continuação

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m) Transações envolvendo pagamento em ações

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a condição de serviço é cumprida, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em despesas de pessoal e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

Condições de serviço e outras condições de desempenho não relacionadas com o mercado não são consideradas na determinação do valor justo na data em que os prêmios foram outorgados, porém, a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo do número de instrumentos patrimoniais com prêmios que completam o seu período de aquisição. Condições de desempenho relacionadas com o mercado são refletidas no valor justo na data da outorga.

4. Principais políticas contábeis – continuação

m) Transações envolvendo pagamento em ações – continuação

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, porque não foram cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços não mercantis.

n) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Empresas do Grupo

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. O ágio na compra de uma controlada no exterior após 1º de janeiro de 2009 é tratado como ativo da controlada no exterior e convertido na data do fechamento.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4. Principais políticas contábeis – continuação

p) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início de um contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

4. Principais políticas contábeis – continuação

p) Arrendamentos - continuação

Passivos de arrendamento - continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

q) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

4. Principais políticas contábeis – continuação

- r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020 - continuação

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios - continuação

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

4. Principais políticas contábeis – continuação

- r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020 - continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19)

Desde o início do ano de 2020, temos acompanhado a propagação no Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 em suas operações e de suas controladas, e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras individuais e/ou consolidadas.

A Companhia adotou o trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores, respeitando os decretos de quarentena de cada estado e reforçou sua equipe de saúde Corporativa.

Nossas ferramentas de TI provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual.

4. Principais políticas contábeis – continuação

Propagação do Novo Coronavírus (Covid-19) - continuação

Apesar de manter posição saudável de caixa, e tendo em vista a incerteza e volatilidade do cenário atual em razão da pandemia da Covid-19, a administração da Companhia executou medidas com o foco de estabelecer uma posição ainda mais robusta em caráter preventivo, de modo a garantir que a Companhia possa atravessar este período suprindo as necessidades que possam surgir, as principais foram:

- Postergação dos recolhimentos da contribuição previdenciária das competências de março, abril e maio;
- Postergação dos recolhimentos do FGTS das competências de março, abril e maio, parcelados em seis meses com início em julho.

A Companhia avaliou possíveis impactos financeiros e concluiu que não houve aumento na inadimplência e no giro do contas a receber, ou outros impactos financeiros em decorrência da crise do covid-19, na Companhia e suas controladas. Adicionalmente, não tivemos outros benefícios além dos divulgados acima.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento e não tenha identificado nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos, a administração não tem como estimar ou prever a ocorrência eventos futuros relacionados à pandemia do Covid-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	5	3	6	3
Bancos conta movimento	229	739	19.731	8.936
Aplicações financeiras	114.240	64.437	114.978	64.437
	114.474	65.179	134.715	73.376

Correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez (inferior a 90 dias), baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 70,0% a 106,0%. As aplicações automáticas de saldos de conta corrente também são remuneradas ao percentual de 5,5% a 50,0% da variação do CDI.

A Companhia não possui ativos financeiros desreconhecidos e operações com derivativos.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota 27.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a receber	36.127	34.218	44.389	42.078
Valores a faturar (i)	38.865	34.996	38.865	34.996
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (ii)	(2.029)	(391)	(2.029)	(391)
	72.963	68.823	81.225	76.683

(i) O valor referente a "Valores a faturar" corresponde a serviços prestados até 31 de dezembro de 2020, mas que ainda não haviam sido faturados no encerramento do exercício.

(ii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na avaliação de risco de crédito efetuada pela Companhia, esta perda esperada considera o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas. A Companhia não possui histórico recente de perda, exceto pelos valores provisionados.

6. Contas a receber – continuação

Apresentamos abaixo a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(391)	(391)
Provisão	(1.638)	-
Saldo final	<u>(2.029)</u>	<u>(391)</u>

Os saldos de duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão segregados de acordo com as seguintes faixas de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	33.124	30.818	41.386	38.678
Vencidos até 30 dias	884	2.693	884	2.693
Vencidos de 31 a 180 dias	-	316	-	316
Vencidos há mais de 180 dias	2.119	391	2.119	391
	<u>36.127</u>	<u>34.218</u>	<u>44.389</u>	<u>42.078</u>

Os saldos de valores a faturar em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão segregados de acordo com as seguintes faixas de vencimento:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	13.825	9.671
Vencidos até 30 dias	9.122	9.908
Vencidos de 31 a 60 dias	4.570	3.369
Vencidos de 61 a 120 dias	1.387	3.649
Vencidos há mais de 120 dias	9.961	8.399
	<u>38.865</u>	<u>34.996</u>

7. Estoques de serviços em andamento (controladora e consolidado)

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 referem-se a gastos iniciais com aquisição de serviços de suporte técnico da IBM, destinados à revenda. Estes gastos são incorridos a medida em que são firmados os contratos de venda dos referidos serviços e, portanto, não há risco deste ativo não se realizar. Com base nos contratos vigentes, uma parcela deste estoque se realizará nos 12 meses após o encerramento dos referidos exercícios (R\$689 e R\$2.767 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente), e o saldo remanescente (R\$43 e R\$728 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente) após os 12 meses, classificado como ativo não circulante.

8. Tributos a recuperar e diferidos

a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo negativo de IR e CS (i)	5.480	4.356	6.428	4.356
PIS e COFINS a recuperar	482	657	482	657
INSS a compensar	544	227	544	227
Outros impostos a compensar	316	277	316	277
	6.822	5.517	7.770	5.517

(i) Refere-se às retenções de tributos sobre aplicações financeiras e serviços prestados a terceiros, que serão compensados com futuros débitos fiscais de mesma natureza.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos possuem a seguinte origem:

	Controladora e consolidado		Controladora e consolidado	
	Balanço patrimonial		Resultado do exercício	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação fiscal	460	186	274	(21)
Provisão para pagamentos (i)	1.657	986	671	(231)
Provisão trabalhista	2.190	817	1.373	297
Provisão para devedores duvidosos	689	133	556	0
Arrendamento mercantil	(837)	(88)	(749)	(75)
Outras provisões	236	234	2	131
	4.395	2.268	2.127	101

(i) Refere-se a provisão de pagamento de banco de horas e previsão de dissídio.

9. Ativos financeiros

A Companhia realiza investimentos em startups através de contratos de mútuos com opção de ser convertido em participação societária em uma determinada data.

Os ativos são avaliados pelo valor justo por meio de resultado, e por serem representados por startups de capital fechado e não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos é mensurado por uma técnica ou múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores por elas indicada. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor represente o valor justo nas circunstâncias.

Os investimentos em startups feitos pela Companhia, têm estratégia de médio a longo prazo, com o objetivo de ter sinergia com os negócios da Companhia, ou uma saída planejada para o momento em que os retornos financeiros sejam favoráveis e, dessa forma, são reconhecidos como instrumento financeiro. O valor destes investimentos em 31 de dezembro de 2020 era de R\$10.143 (R\$7.715 em 31 de dezembro de 2019).

10. Transações com partes relacionadas

a) Contas a receber

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e profissionais-chaves da Administração.

10. Transações com partes relacionadas – continuação

As transações com partes relacionadas estão representadas como segue:

Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ThinkInternacional (i)	212	622	-	-
BNDES (ii)	71	79	71	79
Inspeon (iii)	250	-	-	-
	533	701	71	79
Circulante	283	701	71	79
Não circulante	250	-	-	-

- (i) O saldo a receber da controlada Think International refere-se à prestação de serviços efetuados pela Companhia para essa controlada e possui prazo médio de recebimento de 30 dias. O saldo é denominado em dólares estadunidense e está sujeito à variação cambial.
- (ii) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES é controlador da BNDESPAR Participações S.A., que detém 23% de participação na Companhia. O saldo a receber do BNDES refere-se à prestação de serviços de informática.
- (iii) O saldo a receber da Inspeon refere-se a um instrumento particular de crédito com direito a conversão em ações, no prazo de 18 meses.

b) Empréstimos

Os empréstimos a pagar com partes relacionadas estão representadas como segue:

	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
BNDES	TJLP +1,7% a.a.	-	8.242
(-) Custo de transação		-	(356)
			7.886
Circulante		-	4.676
Não circulante		-	3.210

10. Transações com partes relacionadas – continuação

b) Empréstimos - continuação

Os empréstimos da Companhia possuíam vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Valor contábil	Valor nominal
	31/12/2020	31/12/2019
Até um ano	-	4.833
Acima de um ano e até dois anos	-	3.242
	-	8.075

A movimentação dos empréstimos da Companhia está apresentada como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	7.886	14.032
Custo de transação	(146)	(307)
Encargos	746	1.171
Amortizações e pagamentos de juros	(8.486)	(7.010)
Saldo final	-	7.886

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES foram destinados a investimentos em infraestrutura, equipamentos nacionais, pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, marketing e comercialização e em sistemas administrativos e gerenciais no âmbito do Programa Prosoft, e não possuíam cláusulas restritivas (*Covenants*).

Em 17 de julho de 2015, foi firmado um contrato entre a Companhia e o BNDES relativo à aprovação de um crédito no valor de R\$18.790. Em 11 de dezembro de 2015, a Companhia contratou Carta Fiança junto ao Banco Bradesco, necessária à liberação do referido recurso. Esta fiança possui um custo de 2,5% ao ano referente à taxa de comissão, e requer da Companhia uma garantia real de 30% do valor do crédito, através de aplicação financeira em papéis de operações compromissadas lastreadas em debêntures. Em 31 de dezembro de 2020 este depósito vinculado totaliza R\$1.524 (R\$4.931, em 31 de dezembro de 2019).

10. Transações com partes relacionadas – continuação

c) Outras informações

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as transações entre partes relacionadas foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de serviços				
BNDES	5.426	4.853	5.426	4.853
Think Internacional	6.217	5.334	-	-
	11.643	10.187	5.426	4.853
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo de serviços				
Inspeon	(1.658)	-	-	-
Workfacilit	(220)	-	-	-
	(1.878)	-	-	-

d) Honorários da Administração

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram de R\$2.943 e R\$3.203, respectivamente.

11. Investimentos

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

a) Detalhes sobre controladas

Nome da Controlada	Tipo	Investimento da Companhia		Atividades investidas	Constituição e operação
		31/12/2020	31/12/2019		
BRQ IT Services, Inc.	Direto	100%	100%	Holding	Estados Unidos
Think International, LLC	Indireto	80%	80%	Soluções em informática	Estados Unidos
Workfacilit Soluções Digitais Ltda.	Direto	51%	-	Soluções em informática	Brasil
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	Direto	60%	-	Soluções em informática	Brasil

b) Informações das controladas

Controlada	Patrimônio líquido		Participação (%)	Resultado do exercício		Total do investimento		Equivalência patrimonial	
	Controladores	Não controladores		Controladores	Não controladores	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BRQ IT Services, Inc.	23.222	1.197	100%	2.671	955	23.223	15.734	2.671	2.216
Inspeon Soluções Digitais LTDA	1.124	1.092	60%	1.124	1207	843	-	1.124	-
Workfacilit Soluções Digitais LTDA	376	166	51%	-	121	255	-	-	-

c) Movimentação dos investimentos

	BRQ IT Services, Inc.	Outros Investimentos (*)	Inspeon Soluções Digitais LTDA	Workfacilit Soluções Digitais LTDA	Total
Investimentos em 31 de dezembro de 2018	12.921	400	-	-	13.321
Resultado de equivalência patrimonial	2.216	-	-	-	2.216
Variação cambial sobre investimento no exterior	597	-	-	-	597
Alienação de investimentos	-	(400)	-	-	(400)
Investimentos em 31 de dezembro de 2019	15.734	-	-	-	15.734
Integralização de capital	-	-	-	255	255
Distribuição de dividendos	-	-	(281)	-	(281)
Resultado de equivalência patrimonial	2.671	-	1.398	62	4.131
Perda (distribuição desproporcional de lucros)	-	-	(274)	(62)	(336)
Variação cambial sobre investimento no exterior	4.818	-	-	-	4.818
Investimentos em 31 de dezembro de 2020	23.223	-	843	255	24.321

(*) Em fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu 8,16% da XACT Tecnologia ("XACT") por R\$400, com o objetivo de usar a inteligência da XACT para fortalecer sua oferta de Service Desk. Em março de 2019, a Companhia alienou a totalidade das suas ações nesse investimento pelo valor de R\$151, apurando nessa data, uma perda de R\$249, registrada no resultado do período.

11. Investimentos – continuação

d) Novos investimentos

A Workfacilit Soluções Digitais Ltda. (“Workfacilit”) foi constituída em 3 de dezembro de 2019 tendo como objeto o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customomizáveis. Atualmente, o seu principal objetivo é prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software para soluções modulares para canais de atendimento e ferramentas de controle corporativo. A integralização do capital social, no montante de R\$255 foi realizada em 24 de janeiro de 2020 e representa 51% de participação na nova empresa.

A Inspeon Soluções Digitais Ltda. (“Inspeon”) foi constituída em 10 de dezembro de 2019, tendo como objeto o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customomizáveis. Atualmente, o seu principal objetivo é de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software desenvolvida para controle de atividades de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo, ordem de serviço e relacionamento com clientes. A Companhia possui 60% de participação na Inspeon, e seu capital será integralizado em até 24 meses, no montante total de R\$300.

12. Imobilizado

	Controladora								
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos informática	Instalações	Veículos	Imobilizado em andamento	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2019									
Saldo inicial	2.802	88	373	2.897	749	45	323	500	7.777
Aquisições	634	9	-	1.106	5	-	5.273	6	7.033
Baixas do custo	(261)	-	(84)	(2.051)	-	-	(15)	(2)	(2.413)
Baixas da depreciação	163	-	77	2.042	-	-	-	-	2.282
Transferência	182	-	-	3.834	85	-	(4.902)	801	-
Depreciação	(511)	(9)	(112)	(2.229)	(70)	(40)	-	(325)	(3.296)
Saldo contábil, líquido	3.009	88	254	5.599	769	5	679	980	11.383
Em 31 de dezembro de 2019									
Custo	7.205	147	1.260	22.842	1.196	481	679	7.209	41.019
Depreciação acumulada	(4.196)	(59)	(1.006)	(17.243)	(427)	(476)	-	(6.229)	(29.636)
Saldo contábil, líquido	3.009	88	254	5.599	769	5	679	980	11.383
Em 01 de janeiro de 2020									
Saldo inicial	3.009	88	254	5.599	769	5	679	980	11.383
Aquisições	15	-	-	561	-	263	5.852	-	6.691
Baixas do custo	(3.494)	(129)	(643)	(3.365)	(1.015)	(325)	-	(3.736)	(12.707)
Baixas da depreciação	2.101	66	547	3.264	421	325	-	3.016	9.740
Transferência	53	-	-	4.948	9	-	(5.225)	215	-
Depreciação	(484)	(9)	(74)	(3.522)	(66)	(13)	-	(346)	(4.514)
Saldo contábil, líquido	1.200	16	84	7.485	118	255	1.306	129	10.593
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo	3.779	18	617	24.986	190	419	1.306	3.688	35.003
Depreciação acumulada	(2.579)	(2)	(533)	(17.501)	(72)	(164)	-	(3.559)	(24.410)
Saldo contábil, líquido	1.200	16	84	7.485	118	255	1.306	129	10.593
Vida útil estimada (anos)	12	20	10	3	20	5	-	5	

12. Imobilizado – continuação

0

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos informática	Instalações	Veículos	Imobilizado em andamento	Benfeitorias em imóvel de terceiros	Total
Em 01 de janeiro de 2019									
Saldo inicial	2.802	88	373	2.897	749	45	323	500	7.777
Aquisições	661	9	-	1.136	5	-	5.273	6	7.090
Baixas do custo	(261)	-	(84)	(2.051)	-	-	(15)	(2)	(2.413)
Baixas da depreciação	163	-	77	2.042	-	-	-	-	2.282
Transferência	182	-	-	3.834	85	-	(4.902)	801	-
Depreciação	(511)	(9)	(112)	(2.234)	(70)	(40)	-	(325)	(3.301)
Saldo contábil, líquido	3.036	88	254	5.624	769	5	679	980	11.435
Em 31 de dezembro de 2019									
Custo	7.232	147	1.260	22.972	1.196	481	679	7.209	41.176
Depreciação acumulada	(4.196)	(59)	(1.006)	(17.348)	(427)	(476)	-	(6.229)	(29.741)
Saldo contábil, líquido	3.036	88	254	5.624	769	5	679	980	11.435
Em 01 de janeiro de 2020									
Saldo inicial	3.036	88	254	5.624	769	5	679	980	11.435
Aquisições	15	-	-	634	-	263	5.852	-	6.764
Baixas do custo	(3.494)	(129)	(643)	(3.365)	(1.015)	(325)	-	(3.736)	(12.707)
Variação cambial	-	-	-	38	-	-	-	-	38
Baixas da depreciação	2.101	66	547	3.264	421	325	-	3.016	9.740
Transferência	53	-	-	4.948	9	-	(5.225)	215	-
Depreciação	(484)	(9)	(74)	(3.544)	(66)	(13)	-	(346)	(4.536)
Saldo contábil, líquido	1.227	16	84	7.599	118	255	1.306	129	10.734
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo	3.806	18	617	25.189	190	419	1.306	3.688	35.233
Variação cambial acumulada	-	-	-	38	-	-	-	-	38
Depreciação acumulada	(2.579)	(2)	(533)	(17.628)	(72)	(164)	-	(3.559)	(24.537)
Saldo contábil, líquido	1.227	16	84	7.599	118	255	1.306	129	10.734
Vida útil estimada (anos)	12	20	10	3	20	5	-	5	

12. Imobilizado – continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui indicativos de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não possui ativos com titularidade restrita ou oferecidos como garantia de obrigações.

Durante o segundo semestre de 2020, a Companhia procedeu com a devolução de parte dos seus escritórios, o que ocasionou na baixa de itens do ativo imobilizado no valor líquido de R\$2.594 (do total de R\$2.967 de baixas ocorridas no exercício).

Existem ativos líquidos de depreciação no montante de R\$3.157 (R\$3.878 em 31 de dezembro de 2019) obtidos mediante contratos de arrendamentos mercantis, com cláusulas de opção de compra, com duração média de 3 anos (Nota 15).

13. Intangível

	Controladora			
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Total
Em 01 de janeiro de 2019				
Saldo inicial	364	1.114	2	1.480
Adição	861	209	-	1.070
Transferências	199	(199)	-	-
Amortização	-	(606)	-	(606)
Saldo contábil, líquido	1.424	518	2	1.944
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	1.424	11.115	2	12.541
Amortização acumulada	-	(10.597)	-	(10.597)
Saldo contábil, líquido	1.424	518	2	1.944
Em 01 de janeiro de 2020				
Saldo inicial	1.424	518	2	1.944
Adição	1.411	121	-	1.532
Amortização	-	(236)	-	(236)
Saldo contábil, líquido	2.835	403	2	3.240
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	2.835	11.236	2	14.073
Amortização acumulada	-	(10.833)	-	(10.833)
Saldo contábil, líquido	2.835	403	2	3.240
Taxas anuais de amortização (%)		33,3		

13. Intangível – continuação

	Consolidado					
	Custos de desenvolvimento	Software	Marcas e patentes	Ágio (*)	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2019						
Saldo inicial	364	1.114	2	4.700	32	6.212
Adição	861	209	-	-	-	1.070
Variação cambial acumulada (i)	-	-	-	190	-	190
Transferências	199	(199)	-	-	-	-
Amortização	-	(606)	-	-	(11)	(617)
Saldo contábil, líquido	1.424	518	2	4.890	21	6.855
Em 31 de dezembro de 2019						
Custo	1.424	11.115	2	2.852	73	15.466
Variação cambial acumulada (i)	-	-	-	2.729	10	2.739
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-	(691)
Amortização acumulada	-	(10.597)	-	-	(62)	(10.659)
Saldo contábil, líquido	1.424	518	2	4.890	21	6.855
Em 01 de janeiro de 2020						
Saldo inicial	1.424	518	2	4.890	21	6.855
Adição	1.411	121	-	-	-	1.532
Variação cambial	-	-	-	1.413	6	1.419
Amortização	-	(236)	-	-	(14)	(250)
Saldo contábil, líquido	2.835	403	2	6.303	13	9.556
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	2.835	11.236	2	2.852	73	16.998
Variação cambial acumulada	-	-	-	4.142	16	4.158
Provisão para impairment	-	-	-	(691)	-	(691)
Amortização acumulada	-	(10.833)	-	-	(76)	(10.909)
Saldo contábil, líquido	2.835	403	2	6.303	13	9.556
Taxas anuais de amortização (%)		33,3			13,3	

14. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Itaú capital de giro (i)	2,43% a.a. + 100% CDI	716	9.324	716	9.324
(-) Custo de transação		-	(69)	-	(69)
Chase Bank (ii)		-	-	4.000	-
Caixa Econômica Federal (iii)	0,18% a.m. + 100%CDI	6.984	-	6.984	-
Santander (iv)	Labor + 2,25% a.a.	-	-	1.507	1.169
		7.700	9.255	13.207	10.424
Circulante		7.700	7.827	13.207	8.996
Não circulante		-	1.428	-	1.428

- (i) O recurso obtido junto ao Banco Itaú tem como finalidade capital de giro. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado pelo prazo da dívida que os originam, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros contratual do instrumento.
- (ii) Em maio de 2020, a ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 779, (R\$ 4.000) no âmbito do programa "CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)". Os empréstimos destinam-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A empresa pode obter o perdão e pagar o empréstimo sem multas ou juros caso cumpra os requisitos do programa, os principais são:
- Solicitar a remissão do empréstimo em até 10 meses após o último dia do período de cobertura do empréstimo;
 - Comprovar que os recursos foram utilizados para pagar a folha de pagamentos durante o período de cobertura do programa
- Até 31 de dezembro de 2020, a Empresa está em compliance com os requisitos do programa.
- (iii) Em 04 de agosto de 2020, houve uma captação de R\$7.000 junto a Caixa Econômica Federal, possuindo prazo de 15 meses, sendo 6 de carência e 9 de amortização de principal e encargos financeiros, com vencimento em 05 de novembro de 2021. O recurso obtido tem como finalidade capital de giro, para a obtenção deste empréstimos a Companhia manteve um depósito vinculado no valor de R\$1.400 para a garantia da operação.
- (iv) O recurso obtido pela ThinkInternational, LLC junto ao Banco Santander tem por finalidade capital de giro e não possui garantia.

Os empréstimos possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Até um ano	7.700	7.827	13.207	8.996
Acima de um ano e até dois anos	-	1.428	-	1.428
	7.700	9.255	13.207	10.424

14. Empréstimos e financiamentos – continuação

A movimentação do empréstimo está demonstrada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	9.255	14.766	10.424	15.890
Ingressos	6.965	-	11.235	-
Encargos	437	1.245	482	1.297
Variação cambial	-	-	68	45
Amortizações e pagamentos de juros	(8.957)	(6.756)	(9.002)	(6.808)
Saldo final	7.700	9.255	13.207	10.424

A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas financeiras restritivas (*Covenants*).

15. Financiamentos por arrendamento mercantil

	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado		Itens
		31/12/2020	31/12/2019	
Santander Leasing S.A.	0,94% a 1,22% a.m.	3.282	2.044	Equip. informática
Bradesco Leasing S.A.	1,02% a 1,19% a.m.	705	1.466	Equip. informática
Safra Leasing S.A.	0,99% a.m.	352	551	Equip. informática
		4.339	4.061	
Circulante		2.556	1.881	
Não circulante		1.783	2.180	

Os financiamentos por arrendamento mercantil possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Até um ano	2.556	1.881	2.587	944
Acima de um ano e até dois anos	1.690	1.568	1.778	854
Acima de dois anos e até cinco anos	93	612	95	508
	4.339	4.061	4.460	2.306

15. Financiamentos por arrendamento mercantil – continuação

A movimentação dos financiamentos por arrendamento mercantil da Companhia é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	4.061	2.035
Ingressos	2.443	3.345
Encargos	416	180
Amortizações e pagamentos de juros	(2.581)	(1.499)
Saldo final	4.339	4.061

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui ativos, líquidos de depreciação e amortização, no montante de R\$3.157 (R\$3.880 em 31 de dezembro de 2019) obtidos por meio de contratos de arrendamentos mercantis. Os contratos possuem prazo médio de duração de três anos, com cláusulas de opção de compra ao final do período. Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia (valor residual no encerramento do exercício).

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Equipamentos de informática	3.157	3.878
Veículos	-	2
	3.157	3.880

16. Debêntures

Em 27 de março de 2020, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações como parte da sua estratégia financeira. O saldo é composto da seguinte maneira:

	Taxa efetiva	Controladora e consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
Bradesco	6,4% a.a	60.055	-
(-) Custo de transação		(1.606)	-
		58.449	-
Circulante		11.095	-
Não circulante		47.354	-

16. Debêntures – continuação

A debênture terá pagamento mensal de juros e principal após 12 meses de carência, sendo o vencimento final em 18 de março de 2025. O recurso obtido tem como finalidade a realização de investimentos e reforço de capital de giro.

A dívida tem garantia real o contrato de prestação de serviços entre Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri, da Cidade de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro.

A debênture possui vencimento conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	Valor contábil	Valor nominal
	31/12/2020	31/12/2020
Até um ano	11.095	13.061
Acima de um ano e até dois anos	14.551	15.645
Acima de dois anos e até cinco anos	32.803	33.350
	58.449	62.056

A movimentação da debênture está demonstrado conforme abaixo:

	Controladora e consolidado
	31/12/2020
Ingressos	60.000
(-) Custo de captação	(1.715)
Juros e encargos	1.842
(-) Amortizações e pagamentos de juros	(1.678)
Saldo final	58.449

Compromissos Financeiros - Cláusulas restritivas (covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da debênture, foi negociado uma cláusula financeira restritivas (covenants).

A partir de 31 de março de 2020, a Companhia passou a acompanhar um índice financeiro de sua capacidade de endividamento, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses. Conforme definido em contrato, este índice não poderá ser superior a 2,5 vezes.

16. Debêntures – continuação

Compromissos Financeiros - Cláusulas restritivas (covenants) – continuação

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Até o período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento dos termos do covenant.

A Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (covenants qualitativos), as quais em 31 de dezembro de 2020 foram atendidas.

17. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRRF a recolher	4.783	3.919	4.791	3.919
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	3.072	2.154	3.072	2.154
ISS a recolher	1.670	1.443	1.712	1.443
IRPJ e CSLL a pagar	-	321	280	321
Outros impostos e contribuições a recolher	32	17	149	17
	<u>9.557</u>	<u>7.854</u>	<u>10.004</u>	<u>7.854</u>

18 Ativo de direito de uso / Passivos de arrendamento

A Companhia possui obrigações originadas de contratos de aluguel e caracterizados como arrendamento financeiro de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16. Esses arrendamentos foram mensurados a valor presente em 1º de janeiro de 2019, reconhecidos no balanço patrimonial como ativo de direito de uso e passivos de arrendamento, em 2020 devido a ações decorrentes da pandemia de Covid-19 a companhia adotou o trabalho remoto para todos os colaboradores como consequência reduzimos o tamanho dos escritórios resultado em baixas no ativo de direito de uso e no passivos de arrendamento.

(a) Ativo de direito de uso

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	4.493	-
Adoção inicial	-	6.570
Atualização contratual	61	-
Adições de novos contratos	741	-
Baixas de contratos encerrados	(1.856)	-
Depreciação	(1.745)	(2.077)
Saldo final	<u>1.694</u>	<u>4.493</u>

18. Ativo de direito de uso / Passivos de arrendamento – continuação

(b) Passivos de arrendamento

Os contratos de arrendamento com terceiros da Companhia são indexados pelo IGPM e são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Os passivos de arrendamento possuem vencimentos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado			
	Valor contábil		Valor nominal	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Até um ano	785	1.711	850	2.000
Acima de um ano e até dois anos	771	1.244	802	1.424
Acima de dois anos e até cinco anos	267	1.876	286	1.980
	<u>1.823</u>	<u>4.831</u>	<u>1.938</u>	<u>5.404</u>
Curto Prazo	785	1.711		
Longo Prazo	1.038	3.120		

A movimentação dos passivos de arrendamento da Companhia é a seguinte:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	4.831	-
Adoção inicial	-	6.570
Atualização contratual	61	-
Adições de novos contratos	741	-
Baixas de contratos encerrados	(2.259)	-
Encargos	112	384
Pagamentos	(1.663)	(2.123)
Saldo final	<u>1.823</u>	<u>4.831</u>

18. Ativo de direito de uso / Passivos de arrendamento – continuação

Maturidade dos contratos

	Controladora e Consolidado
2021	849
2022	801
2023	144
2024	74
2025	69
Total de valores não descontados	1.937
Juros	(114)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	1.823

A Companhia chegou à sua taxa de desconto (taxa referencial BM&FBovespa da DIxpré, 252 dias úteis, obtida na B3,), com base em uma ponderação das taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (spread de crédito). Os spreads foram obtidos com base nas atuais operações de créditos da Companhia.

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/ CPC06(R2) e do Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características dos contratos de arrendamento, conforme determina o item 27b do ofício da CVM. Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 3,20%. O prazo médio dos contratos considerados é de 2,2 anos.

Em conformidade com a Deliberação CVM 859/2020, que trata sobre alterações no Pronunciamento Técnico NBC TG 06 (R3) - Arrendamento em Decorrencia de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento - a Companhia avaliou que os benefícios oriundos dos descontos de aluguel obtidos em alguns imóveis são pontuais e que não resultaram em alteração na vigência dos mesmos contratos de arrendamento.

19. Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes da apuração do Imposto de renda e da contribuição social	61.732	42.819
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	20.989	14.558
Benefício fiscal - Lei do Bem	(202)	-
Adições / (exclusões) permanentes	(929)	(435)
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	(388)	(251)
Diferença adicional de 10% de imposto de renda	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social a alíquota efetiva	19.446	13.848
Corrente	21.371	13.949
Diferido	(2.127)	(101)
Benefício Fiscal - Lei do Bem	202	-
Imposto de renda e contribuição social como apresentados no resultado do exercício	19.446	13.848
Alíquota efetiva	32%	32%

A controlada direta BRQ IT Services Inc. e a controlada indireta ThinkInternational LLC, Inc. estão sediadas nos Estados Unidos e sujeitas a tributação local. A Think International LLC não paga impostos sobre a renda; tal responsabilidade é passada para a BRQ IT Services Inc., que está sujeita a tributação do município de Nova York.

20. Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	6.435	2.395

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldos no início do exercício	2.395	1.530
Constituição	6.290	3.095
Pagamentos efetuados	(2.238)	(852)
Reversão de provisão	(12)	(1.378)
Saldos no final do exercício	6.435	2.395

Adicionalmente, a Companhia é parte em ações tributárias e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para os quais não foram constituídas quaisquer provisões para cobrir eventuais riscos. Os valores envolvidos nessas ações são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	131.092	108.818
Trabalhistas	4.286	7.237
	135.378	116.055

20. Provisão para perdas com causas judiciais – continuação

a) Tributárias

a.1) *Recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (Programa de Participação nos Resultados)*

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil em face do suposto recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (programa de participação nos resultados) referente ao ano de 2011. A avaliação da administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$60.863 (R\$43.927 em 31 de dezembro de 2019).

a.2) *Auto de infração - Recolhimento de ISS*

Em 28 de agosto de 2015, a Companhia recebeu autos de infração da Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro em face do suposto não recolhimento do ISS. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia, e o montante envolvido é de R\$68.928 (R\$63.606 em 31 de dezembro de 2019).

b) Trabalhistas

A Companhia mantém provisão para determinados processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o valor total de R\$4.286 em 31 de dezembro de 2020 são de perda possível (R\$7.237 em 31 de dezembro de 2019).

Segue abaixo a composição dos depósitos judiciais e cauções

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depositos judiciais	4.298	4.119	4.298	4.119
Cauções	170	500	197	521
	4.468	4.619	4.495	4.640

21. Receitas diferidas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Faturamento antecipado (i)	15.907	13.270
Comissões antecipadas (ii)	1.200	1.600
	17.107	14.870
Circulante	16.307	13.670
Não circulante	800	1.200

- (i) O montante registrado em "Faturamento antecipado" refere-se a valores já faturados, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do trimestre; à medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, consequentemente, os valores registrados nesta rubrica.
- (ii) Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu o valor de R\$2.000 como comissão decorrente do contrato de fidelização de operações bancárias com os funcionários pertencentes à sua folha de pagamento, pelo período de 5 (cinco) anos; mensalmente são registrados no resultado a parcela referente 1/60 do montante total.

22. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social autorizado é de 141.163 ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$56.106 em 31 de dezembro de 2020 e R\$54.849 em 31 de dezembro de 2019, está representado pelas seguintes quantidades de ações, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional:

a) *Em 31 de dezembro de 2020 e 2019*

Acionistas	31/12/2020		31/12/2019	
	Ações nominativas	% participação	Ações nominativas	% participação
Netstrategy Participações Ltda.	94.999.905	71,44%	94.999.905	72,75%
BNDESPAR Participações S.A.	29.870.100	22,46%	29.870.100	22,87%
Benjamin Ribeiro Quadros	4.999.995	3,76%	4.999.995	3,83%
Aquisição por funcionários	3.105.127	2,34%	645.775	0,55%
Total	132.975.127	100,00%	130.580.992	100,00%

Cada ação ordinária isoladamente, dá direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

22. Patrimônio líquido – continuação

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado quando do encerramento de cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída, de acordo com o art. 196 da Lei nº 11.638/07, para atender às necessidades de recursos adicionais para fazer frente ao plano de investimentos proposto, quando do encerramento de cada exercício social.

Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, quando do encerramento de cada exercício social.

Os dividendos adicionais propostos, referentes ao exercício de 2019, no valor de R\$20.642, foram aprovados e pagos em abril de 2020.

A movimentação dos dividendos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.559	5.559
Dividendos mínimos obrigatórios de 2018	6.880	6.880
Distribuição de reserva de lucros	3.000	3.385
Dividendos adicionais propostos 2018	4.448	4.448
(-) Pagamento de dividendos	(13.007)	(13.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.880	6.880
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	10.042	10.801
Dividendos adicionais propostos 2019	20.642	20.642
Distribuição de reserva de lucros	19.627	20.489
(-) Pagamento de dividendos	(47.149)	(48.582) (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.042	10.230

(*) Foi realizado o adiantamento referente aos dividendos mínimos obrigatórios referente ao ano de 2020, no montante de R\$571.

Ajustes acumulados de conversão

Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das demonstrações financeiras, a variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior têm sido reconhecida em ajustes acumulados de conversão.

22. Patrimônio líquido – continuação

Plano de opção de compra de ações

O plano de opções consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, cedido ao funcionário beneficiário do programa, a um determinado preço de exercício por ação - ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em um período, ou prazo de exercício.

Na data do exercício do direito, as ações alienadas ao beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição ou devem estar em tesouraria. No plano, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. O beneficiário do plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de uma das datas de maturação (*vesting date*) do Plano.

No dia 02 de setembro de 2011 foi registrado em Ata de Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") a deliberação que aprovou o "Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe B". Em ata de AGE realizada em 13 de julho de 2012 foi deliberada a aprovação de alteração de quantidade de ações Preferenciais classe B para a execução do plano de opções, que passaram a corresponder a 8% do Capital Social da Companhia. Em 29 de abril de 2015, em função da aprovação da conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, foi deliberado, através de ata de AGE, a alteração do regulamento do plano que passou a figurar como "Plano de Opção de Compra de Ações Ordinárias".

O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Qtde. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Período de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
13/11/2018	554.348	0,43	IPCA	N/A (*)	N/a
Total	9.380.862				

(*) As outorgas de 2018 foram emitidas sem período de maturação e já foram exercidas em sua totalidade.

22. Patrimônio líquido – continuação

Plano de opção de compra de ações – continuação

As ações exercidas podem ser vendidas a terceiros se estas passarem a ser negociadas em bolsa. Antes disso, o participante poderá vender suas ações para a Companhia pelo seu valor patrimonial, apurado no último exercício e corrigido pelo IPCA. O participante possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional a participação societária detida e tem dever de venda conjunta (*drag along*) neste caso a Companhia pode exigir a venda da posição detida pelo participante.

O valor justo do Plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas:

Plano	Fair Value unitário	Volatilidade anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	0,24	32,4%	5,2%
Outorga 2012	0,24	31,3%	3,8%
Outorga 2013	0,29	29,2%	5,7%
Outorga 2014	0,27	26,6%	5,4%
Outorga 2018	0,21	25,3%	5,2%

(*) Baseado no cupom de IPCA.

Os custos de remuneração provenientes do Plano tem como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do “Plano”, calculado na data da outorga, registrado durante o exercício de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Segue abaixo a movimentação das opções:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	527.467	1.151.020
Opções exercidas	(316.511)	(623.553)
Saldo final	210.956	527.467

22. Patrimônio líquido – continuação

Plano de opção de compra de ações – continuação

A Companhia aprovou em 17 de dezembro de 2020 um novo plano de outorga de opção de compra de ações que irá substituir o atual plano vigente.

As opções incluídas neste plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) ações, correspondentes a até 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) do total das ações da Companhia na data de aprovação do plano, incluído as opções de compra das ações ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida a opção de compra de ações pelos beneficiários, serão emitidas as correspondentes ações, conforme condições estabelecidas no plano e nos respectivos contratos de opção de compra de ações, por meio de aumento do capital da Companhia.

A outorga das opções de compra de ações se fará mediante formalização de contrato de opção de compra de ações e pagamento de prêmio pelo beneficiário, cujo valor será de 5% do patrimônio líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia. A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicará, aqueles que terão direito à outorga da opção mediante a formalização de contrato de opção de compra de ações.

O preço do exercício de cada opção de compra de ações será determinado com base no *enterprise value*, de forma proporcional ao número de ações ofertadas. Para tanto, será considerado o EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados da Companhia imediatamente anteriores à data de exercício das opções.

23. Receitas líquidas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas e serviços prestados	526.974	430.648	570.744	464.380
Impostos sobre vendas	(56.623)	(46.266)	(57.032)	(46.266)
Receita líquida	470.351	384.382	513.712	418.114

24. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Com pessoal	(306.301)	(253.884)	(328.750)	(270.093)
Com licenças e serviços de suporte técnico	(2.998)	(4.317)	(2.998)	(4.317)
Com terceiros	(6.875)	(2.422)	(8.829)	(7.753)
Com importação	(1.463)	(2.847)	(1.463)	(2.847)
Depreciação e amortização	(2.836)	(1.544)	(2.836)	(1.544)
Outros	(375)	(1.565)	(375)	(1.565)
	(320.848)	(266.579)	(345.251)	(288.119)

25. Despesas e receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Com pessoal	(72.349)	(61.487)	(79.659)	(67.099)
Serviços com terceiros	(5.082)	(3.753)	(6.651)	(4.829)
Aluguéis e condomínios	(657)	(999)	(904)	(1.147)
Depreciação e amortização	(3.659)	(4.435)	(3.695)	(4.451)
Comunicações	(588)	(629)	(608)	(629)
Energia elétrica	(331)	(558)	(332)	(558)
Outras despesas administrativas	(4.902)	(4.028)	(6.199)	(5.345)
Despesas administrativas	(87.568)	(75.889)	(98.048)	(84.058)
Impostos e taxas	(152)	(1.696)	(152)	(1.696)
Contribuições sindicais/associação classe	(283)	(320)	(283)	(320)
IPTU	(105)	(135)	(110)	(135)
Despesas tributárias	(540)	(2.151)	(545)	(2.151)
Resultado na venda de imobilizado	(2.594)	(79)	(2.594)	(79)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.501	891	1.494	891
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.093)	812	(1.100)	812
Total	(89.201)	(77.228)	(99.693)	(85.397)

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita sobre aplicações financeiras	2.140	2.662	2.141	2.662
Juros e atualização monetária	736	710	737	710
Outras receitas financeiras	175	74	179	74
Receitas financeiras	3.051	3.446	3.057	3.446
Juros	(3.786)	(3.049)	(3.862)	(3.101)
IOF	(98)	(124)	(109)	(124)
Despesas bancárias	(116)	(123)	(139)	(142)
Outras despesas financeiras	(1.416)	(122)	(1.420)	(122)
Despesas financeiras	(5.416)	(3.418)	(5.530)	(3.489)
Resultado financeiro	(2.365)	28	(2.473)	(43)

27. Instrumentos financeiros

27.1. Instrumentos financeiros

27.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, portanto, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas. As operações do Grupo estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

27. Instrumentos financeiros – continuação

27.1. Instrumentos financeiros – continuação

27.1.2. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Nível 2				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras de curto prazo	114.240	64.437	114.978	64.437
Nível 3				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Ativos financeiros	10.143	7.715	10.143	7.715
	124.383	72.152	125.121	72.152
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros				
Nível 2				
Custo amortizado				
Debêntures	58.449	-	58.449	-
Empréstimos e financiamentos	7.700	9.255	13.207	10.424
Empréstimos com partes relacionadas	-	7.886	-	7.886
Financiamentos por arrendamento mercantil	4.339	4.061	4.339	4.061
	70.788	21.202	75.995	22.371
	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos e financiamentos	13.207	-	-	13.207
Debentures	11.095	14.551	32.803	58.449
Financiamentos por arrendamento mercantil	2.556	1.690	93	4.339
	26.858	16.241	32.896	75.995

27. Instrumentos financeiros – continuação

27.1. Instrumentos financeiros – continuação

27.1.2. Hierarquia do valor justo - continuação

Descrição dos inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo

Os inputs significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram:

- Técnica de avaliação: Fluxo de caixa descontado
- Dados não observáveis: Projeção de resultado para um período de 3 anos, utilizando uma taxa de desconto de 35%, que reflete os riscos das Empresas avaliadas e do setor que estão inseridas para estimar o valor presente líquido dos fluxos de caixa e perpetuidade. Não foi considerada taxa de crescimento.
- Sensibilidade dos inputs:
 - Aumento (redução) na taxa de desconto que poderia resultar em aumento (redução) no valor justo dos ativos financeiros. O resultado não gerou impactos significativos no cálculo do valor justo dos ativos.
 - Redução na probabilidade do resultado estimado dos fluxos de caixa , poderia resultar em redução do valor justo do ativo financeiro. O resultado não gerou impactos significativos no cálculo do valor justo dos ativos.

Os ganhos (perdas) apurados no exercício não foram significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

27. Instrumentos financeiros – continuação

27.1. Instrumentos financeiros – continuação

27.2. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto e gerenciamento ativo da inadimplência. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

No que tange às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, e/ou avaliadas por agências de *rating* (avaliadas com baixo risco), utilizando-se exclusivamente de instrumentos financeiros e fundos de investimento classificados como de baixo risco.

b) Risco de liquidez

O Grupo monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

27. Instrumentos financeiros – continuação

27.2. Gerenciamento de riscos – continuação

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; afim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio. A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, a fim de apoiar os negócios, e maximizar o valor do acionista. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

27. Instrumentos financeiros – continuação

27.2. Gerenciamento de riscos – continuação

d) Gestão de capital – continuação

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e financiamentos	70.448	21.202	75.995	22.371
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(114.474)	(68.823)	(134.715)	(73.376)
(-) Depósitos Vinculados	(1.524)	(4.931)	(1.524)	(4.931)
Dívida líquida	(44.691)	(51.471)	(58.633)	(54.802)
Total do patrimônio líquido	112.858	105.820	104.731	106.918
Índice de alavancagem financeira - %	-44,2%	-49,7%	-57,5%	-52,3%

e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos, foram definidos 3 cenários diferentes; com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos ("DEPEC") do Bradesco, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

27. Instrumentos financeiros – continuação

27.2. Gerenciamento de riscos – continuação

e) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros – continuação

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

		Controladora					
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2020	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	114.240	2.871	3.445	4.306	5.383	6.459
Empréstimos e financiamentos	CDI	7.700	(193)	(232)	(290)	(363)	(435)
Debentures	CDI	58.449	(1.469)	(1.763)	(2.203)	(2.754)	(3.305)
Taxas consideradas	CDI		2,51%	3,02%	3,77%	4,71%	5,65%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

28. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

28. Resultado por ação – continuação

O quadro abaixo demonstra o cálculo do resultado por ação básico e diluído em conjunto, já que não há potenciais ações dilutivas que possam impactar o cálculo do resultado por ação diluído.

	Básico	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro atribuível aos acionistas da controladora	42.286	28.971
Lucro básico por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	42.286	28.971
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares de ações)	132.256	130.581
Lucro por ação	0,3197	0,2219

	Diluído	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro atribuível aos acionistas da controladora	42.286	28.971
Lucro diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	42.286	28.971
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares de ações)	132.758	130.725
Lucro diluído por ação	0,3185	0,2216

29. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$2.500 - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia, bem como seus funcionários, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes dos serviços prestados em locais de terceiros.

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$10.000 - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração ou de qualquer outro órgão regulador competente.

28. Cobertura de seguros – continuação

Seguro de responsabilidade civil, com cobertura no valor de R\$20.859 - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos e riscos comerciais relativos aos escritórios da Companhia.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

30. Transações que não afetam o caixa

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos a receber	281	-	-	-
Adoção inicial – Direito de uso	-	6.570	-	6.570
Adição de novos contratos – Direito de uso	741	-	741	-
Aquisição de equipamentos de informática - Leasing	2.443	3.345	2.443	3.345
Variação cambial sobre investimento no exterior	4.818	597	-	-
	8.283	3.942	3.184	3.345

31. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Controladora								
	Em 1º de janeiro de 2019	Novos empréstimos / Ingressos	Principal pago / Pagamentos	Juros pagos	Juros provisionados	Variação cambial	Transferências (*)	Em 31 de dezembro de 2019
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	5.549	-	(5.712)	(1.044)	1.245	-	7.789	7.827
Arrendamento mercantil	826	3.345	(1.319)	(180)	180	-	(971)	1.881
Empréstimos partes relacionadas	6.008	-	(6.164)	(1.153)	1.171	-	4.814	4.676
Dividendos a pagar	5.559	6.880	(5.559)	-	-	-	-	6.880
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	9.217	-	-	-	-	-	(7.789)	1.428
Arrendamento mercantil	1.209	-	-	-	-	-	971	2.180
Empréstimos partes relacionadas	8.024	-	-	-	-	-	(4.814)	3.210
Total	36.392	10.225	(18.754)	(2.377)	2.596	-	-	28.082
Consolidado								
	Em 1º de janeiro de 2019	Novos empréstimos	Principal pago	Juros pagos	Juros provisionados	Variação cambial	Transferências (*)	Em 31 de dezembro de 2019
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	6.673	-	(5.712)	(1.096)	1.297	45	7.789	8.996
Arrendamento mercantil	826	3.345	(1.319)	(180)	180	-	(971)	1.881
Empréstimos partes relacionadas	6.008	-	(6.164)	(1.153)	1.171	-	4.814	4.676
Dividendos a pagar	5.559	6.880	(5.559)	-	-	-	-	6.880
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	9.217	-	-	-	-	-	(7.789)	1.428
Arrendamento mercantil	1.209	-	-	-	-	-	971	2.180
Empréstimos partes relacionadas	8.024	-	-	-	-	-	(4.814)	3.210
Total	37.516	10.225	(18.754)	(2.429)	2.596	45	-	29.251

(*) Segregação entre circulante e não circulante.

31. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento – continuação

	Controladora						
	Em 1o de janeiro de 2020	Novos ingressos	Principal pago / Pagamentos	Juros pagos	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	7.827	6.965	(8.568)	(389)	437	-	7.700
Arrendamento mercantil	1.881	2.443	(2.210)	(371)	416	-	2.556
Debêntures	-	-	-	-	-	-	11.095
Empréstimos partes relacionadas	4.676	-	(8.395)	(237)	746	-	-
Dividendos a pagar	6.880	10.042	(6.880)	-	-	-	10.042
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	1.428	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	2.180	-	-	-	-	-	1.783
Debêntures	-	58.285	-	(1.678)	1.842	-	47.354
Empréstimos partes relacionadas	3.210	-	-	-	-	-	-
Total	28.082	77.735	(26.053)	(2.675)	3.441	-	80.530
	Consolidado						
	Em 1o de janeiro de 2020	Novos empréstimos / Ingressos	Principal pago / Pagamentos	Juros pagos	Juros provisionados	Variação cambial	Em 31 de dezembro de
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	8.996	11.235	(8.568)	(434)	482	68	13.207
Arrendamento mercantil	1.881	2.443	(2.210)	(371)	416	-	2.556
Debêntures	-	-	-	-	-	-	11.095
Empréstimos partes relacionadas	4.676	-	(8.395)	(237)	746	-	-
Dividendos a pagar	6.880	10.230	(6.880)	-	-	-	10.230
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos	1.428	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	2.180	-	-	-	-	-	1.783
Debêntures	-	58.285	-	(1.678)	1.842	-	47.354
Empréstimos partes relacionadas	3.210	-	-	-	-	-	-
Total	29.251	82.193	(26.053)	(2.720)	3.486	68	86.225

(*) Segregação entre circulante e não circulante.